

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.309 - RS (2019/0206677-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : AGROSUL AGROAVICOLA INDUSTRIAL S.A
OUTRO NOME : WALDOMIRO FREIBERGER & CIA LTDA
ADVOGADOS : CICERO HARTMANN - RS0025840
GUSTAVO SCHELL NEUMANN - RS0067058
SANDRO LUIS BRAUN - RS0038357
EMBARGADO : ALICIA SPIERING
EMBARGADO : JOICE SPIERING KASPARY
EMBARGADO : JULIA SPIERING
ADVOGADOS : PAULO FERNANDO MENTZ - RS007014
DORA MARIA SCHMITZ STROHSCHHEIN - RS018526
RENAN CARLOS LERMEN JUVEN - RS106871

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por AGROSUL AGROAVICOLA INDUSTRIAL S.A - WALDOMIRO FREIBERGER & CIA LTDA, em face da decisão de fls. 783-787, e-STJ, que negou provimento ao seu agravo em recurso especial, por entender pela ausência de violação aos arts. 489 e 1.022, do Código de Processo Civil/2015, já que o Tribunal de origem se manifestou fundamentadamente sobre todos os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, conforme os trechos citados, e que para modificar o entendimento adotado na Corte de origem, acerca da natureza alimentar da verba, cuja restituição foi afastada por ser irrepetível, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, e a verificação na espécie, acerca da quantia que, por seu vulto, excluiria essa natureza alimentar reconhecida no acórdão, é providência que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Nos presentes aclaratórios, sustenta que *"não há o efetivo enfrentamento dos argumentos contidos no agravo em recurso especial, os quais, em tese, são capazes de infirmar a decisão contida no v. acórdão proferido pelo Tribunal a quo. Assim sendo, verifica-se que a decisão em voga, a teor do art. 489, § 1º, inciso IV, do CPC, não está devidamente fundamentada. E, por consequência, nos termos do artigo 1.022, parágrafo único, inciso II, do CPC, considera-se omissa a decisão, eis que incorre numa das condutas previstas no artigo 489, § 1º, do CPC"* (fl. 789, e-STJ).

Alega que "a Embargante, de forma exaustiva, demonstrou que o v. acórdão a quo não enfrentou a tese de que os valores depositados nos autos para pagamento da condenação perderam o caráter alimentar, eis que recebida em uma única parcela, de montante expressivo, muitos anos após o fato gerador, razão pela qual não se encontra abrangida pelo instituto da irrepetibilidade" (fl. 789, e-STJ).

Diz que ficou "demonstrado que o Tribunal a quo se omitiu na apreciação do fundamento de que o valor depositado pela Recorrente, a título de danos morais, ou seja, verba de caráter indenizatório, e não alimentar, foi de R\$ 155.436,61 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), ou seja, superior ao valor que se pretende repetir. Assim, tratando-se de verba de caráter indenizatório, deveria ter sido devolvido à Recorrente a totalidade da quantia depositada, equivocadamente, a maior, e não apenas um percentual da quantia" (fl. 790, e-STJ).

Impugnação apresentada.

Relatados, passo a decidir.

Os embargos de declaração objetivam sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão e/ou erro material no julgado (art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015), o que não se verifica no presente caso.

A decisão embargada negou provimento ao agravo em recurso especial, por entender pela ausência de violação aos arts. 489 e 1.022, do Código de Processo Civil/2015, constatando que o Tribunal de origem se manifestou fundamentadamente sobre todos os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, inclusive citando os trechos pertinentes, e que, para modificar o entendimento adotado na Corte de origem, acerca da natureza alimentar da verba, cuja restituição foi afastada por ser irrepetível, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, e a verificação na espécie, acerca da quantia que, por seu vulto, excluiria essa natureza alimentar reconhecida no acórdão, é providência que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Assim, verifica-se que a decisão embargada tratou tanto da ausência de violação aos arts. 489 e 1.022, do Código de Processo Civil/2015, quanto da questão da irrepetibilidade da verba, considerada pela Corte de origem como verba alimentícia.

Superior Tribunal de Justiça

Em verdade, verifica-se que o embargante pretende o rejugamento da causa, o que desnatura a oposição de embargos de declaração, que, conforme cediço, é recurso de fundamentação vinculada.

Não se prestam os embargos de declaração, à rediscussão da matéria já analisada fundamentadamente na decisão embargada, especialmente diante da existência de recurso cabível na seara processual.

Ademais, os embargos de declaração não se prestam à aplicação de entendimento que, segundo a ótica da parte embargante, deveria guiar ou conduzir a solução do litígio.

Nesse sentido: EDcl no AgInt na Rcl 17.207/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 27/11/2017).

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora